



**RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA  
DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**O PAPEL DO BRASIL NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL:  
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GABRIELA DE OLIVEIRA SANTOS**

Foz do Iguaçu  
2024



**RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**O PAPEL DO BRASIL NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL: CONTRIBUIÇÕES E  
DESAFIOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GABRIELA DE OLIVEIRA SANTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais para docentes da educação básica, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Fernando Gabriel Romero

Foz do Iguaçu  
2024

GABRIELA DE OLIVEIRA SANTOS

**O PAPEL DO BRASIL NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL:  
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais para docentes da educação básica, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Fernando Gabriel Romero. UNILA.

Prof. Dra. Ana Carolina Teixeira Delgado. UNILA.

Foz do Iguaçu, 15 de outubro de 2024.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o papel do Brasil na governança climática global, destacando suas contribuições e os desafios enfrentados na implementação dos compromissos climáticos. A metodologia utilizada é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), discursos em cúpulas internacionais e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil. O estudo examina a evolução da política climática brasileira, sua participação nos principais acordos internacionais como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, além de identificar barreiras políticas e econômicas que dificultam a implementação dos compromissos. Também foram analisadas as alianças e coalizões formadas pelo Brasil e sua influência no cenário internacional. Os resultados apontam que, apesar de o Brasil ser um ator estratégico em negociações globais, ele enfrenta desafios internos como a pressão política, o aumento do desmatamento e a falta de coordenação entre diferentes setores. O artigo sugere que o fortalecimento de instituições ambientais, a intensificação de políticas de desmatamento zero, o investimento em energias renováveis e a mobilização de recursos internacionais são fundamentais para o Brasil consolidar sua liderança climática.

**Palavras-chave:** governança climática; políticas ambientais; brasil; negociações internacionais; mudanças climáticas.

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios globais contemporâneos, exigindo esforços coordenados por parte da comunidade internacional. Nesse contexto, a governança climática global se destaca como um campo crucial de cooperação multilateral, onde nações buscam soluções para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável. Segundo Gaetani (2023, p.28), o mundo está passando por uma transição tanto política quanto econômica, marcada por novas realidades geopolíticas e pela presença de tensões em diversas áreas, como política, tecnologia e meio ambiente. Esse cenário envolve riscos e incertezas, especialmente nas relações entre países desenvolvidos e economias emergentes. O Brasil possui características que o destacam como a vasta biodiversidade e a importância da floresta Amazônica, desempenha um papel central nessas negociações, sendo frequentemente considerado um ator estratégico em fóruns globais como a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A participação ativa em fóruns internacionais e o cumprimento de compromissos climáticos são essenciais para fortalecer nossa imagem e influência nesse cenário global.

Historicamente, o Brasil tem contribuído de forma significativa para acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris. Um exemplo recente dessa atuação ocorreu em setembro de 2023, quando os Ministros do Brasil, África do Sul, Índia e China, representando o Grupo BASIC, reuniram-se à margem da Cúpula de Ambição Climática, em Nova York, reafirmando seu compromisso com os objetivos e princípios da UNFCCC e do Acordo de Paris, no contexto do desenvolvimento sustentável e da transformação da governança global (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023).

Compreender o papel estratégico do Brasil na governança climática global é fundamental, especialmente em um momento em que a urgência de enfrentar os impactos ambientais aumenta significativamente. O Brasil, sendo um dos maiores países em termos de biodiversidade e recursos naturais, exerce uma influência decisiva na preservação de ecossistemas essenciais ao equilíbrio climático. No entanto, a implementação dos compromissos internacionais é prejudicada por desafios internos, como a pressão política e as mudanças nas

políticas ambientais. Portanto, analisar essas dinâmicas internas e externas é essencial para avaliar a contribuição real do Brasil nos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas e para identificar oportunidades de fortalecimento de sua liderança nesse cenário.

Assim, este artigo tem como objetivo geral analisar o papel do Brasil na governança climática global, destacando suas contribuições para as negociações internacionais e os desafios enfrentados na implementação dos compromissos climáticos. Especificamente, busca-se examinar a evolução da política climática brasileira e sua participação nos principais acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris; identificar os principais desafios internos, incluindo barreiras políticas e econômicas, que dificultam a implementação dos compromissos climáticos do país; analisar as alianças e coalizões formadas pelo Brasil e avaliar sua influência no cenário internacional; além de propor recomendações sobre como o Brasil pode reforçar sua posição nas negociações climáticas internacionais, superando os desafios e maximizando suas contribuições.

Este artigo adota uma metodologia qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, a fim de explorar o papel do Brasil na governança climática global. A pesquisa inclui a avaliação de documentos oficiais, como os relatórios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), discursos em cúpulas internacionais, e as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil submetidas no âmbito do Acordo de Paris. Além disso, foram analisadas fontes acadêmicas, legislações ambientais e políticas governamentais brasileiras relacionadas ao tema. A análise crítica dos dados visa compreender como fatores políticos, econômicos e sociais internos impactam a capacidade do Brasil de cumprir seus compromissos climáticos. O estudo também explora as alianças internacionais do país, suas estratégias nas negociações multilaterais e os desafios enfrentados, tanto no contexto global quanto doméstico. Desta forma, busca-se identificar barreiras estruturais, bem como oportunidades que podem potencializar a liderança do Brasil nas discussões sobre mudanças climáticas.

## **2 FUNDAMENTOS DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL: ORIGENS E DESAFIOS**

A governança envolve uma ampla gama de atores sociais, incluindo governos, organizações formais, setor privado, ONGs, instituições financeiras e consumidores. Ela se baseia em princípios como responsabilização, transparência, legalidade, equidade, inclusão e participação nas decisões. Esses princípios, aplicáveis às capacidades estatais e políticas públicas, buscam garantir a responsividade dos governos aos problemas da sociedade. No entanto, o avanço desses princípios pode variar entre diferentes políticas, especialmente nas ambientais, refletindo suas especificidades e desafios particulares (Moura, 2016). De acordo com a UNICEF (2023), a governança climática pode ser entendida como o conjunto de regras, políticas e instituições que organizam e estruturam as respostas globais às mudanças climáticas e adaptam as sociedades aos seus impactos. Essa governança abrange tanto mecanismos formais quanto informais que coordenam as ações de diversos países e atores não estatais, com o objetivo de mitigar os efeitos das mudanças climáticas e adaptar as sociedades aos seus impactos. Entre os principais atores envolvidos nesse processo estão os Estados nacionais, que assumem compromissos internacionais e implementam políticas climáticas em seus territórios, e as organizações internacionais, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que facilitam a cooperação entre as nações. Além disso, o setor privado desempenha um papel crucial ao implementar inovações tecnológicas e práticas mais sustentáveis, enquanto a sociedade civil, representada por ONGs e movimentos sociais, exerce pressão para mudanças e monitora o cumprimento dos compromissos assumidos. Por fim, comunidades locais e povos indígenas também são atores centrais, pois não apenas sofrem diretamente com os impactos climáticos, mas também desempenham um papel importante na preservação ambiental. Krenak (2015) afirma que a cultura e os modos de vida dos povos indígenas são intrinsecamente ligados à preservação dos ecossistemas, sendo seus territórios fundamentais para a manutenção de áreas florestais e a biodiversidade. Os povos indígenas têm um papel fundamental na preservação da maior floresta tropical do mundo. Suas terras representam 23% da Amazônia Legal e são o lar de uma vasta diversidade sociocultural e ecológica. Sem a proteção dessas áreas, o desmatamento e o desequilíbrio climático correm um risco elevado de intensificação (Walker et al., 2020).

A Conferência de Toronto de 1988 foi um marco inicial na gestão de questões climáticas, reunindo cientistas e líderes globais para discutir a ameaça das mudanças climáticas e propor metas de redução de emissões. Esse evento destacou a necessidade de ações coordenadas em nível internacional, dando início a uma série de compromissos que culminariam em acordos posteriores, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris (UNFCCC, 1988). Luomi (2020) destaca que um dos marcos mais importantes foi o Protocolo de Kyoto (1997), que estabeleceu metas vinculantes para os países desenvolvidos reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa. A governança climática global requer profundas mudanças nas relações internacionais e em diversas instituições de governança. O Acordo de Copenhague foi de notável relevância nesse processo, embora não tenha alcançado todos os resultados esperados. O Protocolo de Kyoto e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) serviram de base para esses esforços, estabelecendo um regime multilateral necessário para alcançar a segurança climática global. Apesar de avanços como o aumento da confiança entre as nações e a definição de metas de mitigação, ainda há desafios significativos, como a ausência de flexibilidade para ajustar as metas em resposta à ciência emergente e a criação de mecanismos de adaptação robustos para países vulneráveis (Mabey, 2009). O Núcleo de Pesquisa em Políticas e Regulação de Emissões de Carbono (NUPPREC) destaca que, na COP 18, foi acordado um segundo período de comprometimento do Protocolo de Kyoto, de 2013 a 2020, para dar continuidade às metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. No entanto, a retirada de países importantes, como Canadá, Japão, Nova Zelândia e Rússia, enfraqueceu a abrangência do protocolo. Com isso, apenas a União Europeia e outros sete países mantiveram seus compromissos, representando menos de 15% das emissões globais, um impacto insuficiente para atingir a meta de manter o aquecimento global abaixo de 2°C. Além disso, o protocolo enfrentou críticas pela falta de compromissos vinculantes para países em desenvolvimento e pelas falhas no sistema de "cap-and-trade" (mecanismo de mercado usado para controlar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa), que criou um superávit de créditos de carbono, enfraquecendo a eficácia das políticas climáticas. A retirada de países importantes na segunda fase do Protocolo de Kyoto destaca os desafios das negociações climáticas internacionais. Enquanto

o primeiro período representou um esforço significativo para limitar as emissões globais, a falta de compromisso contínuo por parte de grandes emissores enfraqueceu a eficácia das metas. Essas lacunas evidenciam a necessidade contínua de evolução da governança climática, especialmente diante de um cenário global em constante mudança. A reflexão sobre o papel dessas instituições aponta para a importância de se adaptar às novas realidades científicas e políticas, garantindo que as nações, principalmente as mais vulneráveis, possam não apenas enfrentar os impactos das mudanças climáticas, mas também participar ativamente das soluções globais. Assim, o fortalecimento dessa governança exige não apenas comprometimento, mas também inovação nas abordagens adotadas, para que a comunidade internacional possa lidar eficazmente com os desafios presentes e futuros.

Uma lição importante dos esforços de governança climática global é que os instrumentos precisam ser flexíveis para se adaptarem à ciência em constante evolução e às mudanças socioeconômicas, garantindo que a responsabilidade pelas ações seja distribuída de forma justa entre as gerações e entre os países (Gupta, 2014; Zillman, 2009; Luomi, 2020).

No século XXI, as potências emergentes têm exercido uma influência crescente sobre as instituições e práticas da governança global, transformando áreas como o comércio, as finanças e a redução da pobreza. Embora essas nações inicialmente tenham adotado uma postura discreta nas negociações climáticas, evitando um protagonismo direto durante a década de 2000, isso começou a mudar com a Conferência de Copenhague, em 2009. Naquela ocasião o grupo BASIC, composto por Brasil, África do Sul, Índia e China, começou a coordenar suas posições e assumiu compromissos importantes, prometendo reduzir o ritmo de crescimento de suas emissões de gases de efeito estufa. Desde então, seus ministros têm se reunido regularmente para discutir estratégias climáticas, ainda que o grupo mantenha uma postura reservada nas negociações formais (UNFCCC, 2009). A análise das posições evolutivas desses países após 2009 oferece compreensão sobre como as potências emergentes estão redefinindo seu papel na governança global, especialmente em regimes que envolvem a divisão de responsabilidades, como o combate às mudanças climáticas. Essa transformação reflete a crescente influência das economias emergentes não apenas na criação de regras, mas também em áreas cruciais como a segurança

climática.

As negociações internacionais sobre o clima são processos que buscam estabelecer acordos entre nações para fomentar e assegurar ações efetivas contra as mudanças climáticas e seus impactos. Essas negociações no cenário global são cruciais, pois definem as orientações a serem seguidas mundialmente, com base no princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável. Um tema recorrente nas negociações internacionais sobre clima é a diferenciação de responsabilidades entre os países. O conceito de "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" (CBDR) é central para o regime de governança climática global. Ele reconhece que, embora todos os países tenham a responsabilidade de enfrentar as mudanças climáticas, suas capacidades e responsabilidades históricas variam, sendo este um ponto de contínua discordância nas negociações (Biniaz, 2016; Luomi, 2020).

A governança climática global é essencial para coordenar ações efetivas contra as mudanças climáticas, mas enfrenta desafios significativos, como a necessidade de flexibilidade nas metas e a inclusão de países vulneráveis. O fortalecimento dessa governança requer compromissos inovadores e uma abordagem colaborativa entre Estados, setor privado, sociedade civil e comunidades locais, garantindo uma resposta global integrada e adaptativa para os desafios climáticos do presente e do futuro.

### **3 O BRASIL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: HISTÓRICO, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS**

O Brasil tem se posicionado de forma significativa em relação às questões ambientais ao longo das últimas décadas, especialmente em fóruns internacionais. Sua participação em conferências globais, como a Cúpula da Terra de 1992 e a Conferência do Clima de Paris em 2015, destaca o compromisso do país com a agenda ambiental. Além disso, a adoção de políticas de preservação ambiental, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Código Florestal, reforça sua imagem como um ator estratégico nas negociações climáticas.

### 3.1 PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA

O Primeiro Relatório de Avaliação do IPCC (1990) desempenhou um papel fundamental no estabelecimento das bases científicas e políticas para a ação global sobre mudanças climáticas. O relatório foi o primeiro a compilar evidências detalhadas sobre o aquecimento global, destacando o aumento das concentrações de gases de efeito estufa como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>) e óxidos de nitrogênio (NOx), causados por atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis e desmatamento. Este documento não apenas confirmou a existência do efeito estufa, mas também demonstrou como ele estava sendo intensificado pelas emissões antropogênicas, resultando no aumento das temperaturas globais e elevação do nível do mar. O relatório apresentou uma previsão de que, sem medidas adequadas, o aquecimento médio global poderia aumentar de 1,5°C a 4,5°C até o ano de 2050.

O Brasil, como parte do grupo de países em desenvolvimento, também teve papel relevante nas discussões. O relatório destacou o impacto de desmatamentos, especialmente na Amazônia, e os desafios para controlar as emissões de gases de efeito estufa decorrentes de mudanças no uso da terra.

A Rio 92, também conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, foi um marco importante nas discussões globais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A conferência reuniu líderes globais, organizações internacionais e diversos outros atores para discutir os desafios ambientais emergentes e suas implicações no desenvolvimento socioeconômico mundial. Os principais documentos resultantes da conferência foram a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que estabeleceu princípios orientadores para a ação ambiental sustentável; a Agenda 21, um plano de ação abrangente para o desenvolvimento sustentável no século XXI; as Convenções sobre Biodiversidade e Mudanças Climáticas, que estabeleceram compromissos globais sobre a preservação da biodiversidade e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

O Brasil teve um papel central na conferência, tanto como anfitrião quanto como participante ativo nas negociações. O país se destacou por sua vasta biodiversidade e pelo debate em torno da preservação da Amazônia, que ganhou

atenção internacional. O governo brasileiro defendeu um modelo de desenvolvimento sustentável que equilibra crescimento econômico e preservação ambiental, destacando a responsabilidade dos países desenvolvidos em apoiar financeiramente e tecnologicamente as nações em desenvolvimento para que estas possam atingir metas ambientais.

Segundo o IPEA (2016) em 2002, foi realizada a Conferência Rio+10, em Joanesburgo, África do Sul, com o objetivo de avaliar os acordos e convenções estabelecidos durante a Rio-92. Durante essa conferência, o combate à pobreza esteve no centro dos debates. As principais questões ambientais discutidas incluíram as mudanças climáticas, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Protocolo de Kyoto, além da discussão sobre o uso de fontes de energia renováveis.

A conferência resultou em um Plano de Implementação, mas sem os meios concretos para colocá-lo em prática, nem prazos rígidos para sua execução. No Brasil, a Agenda 21, cujo desenvolvimento começou em 1997, foi finalmente lançada em 2002. Esse processo envolveu consultas públicas e a realização de estudos sobre temas como cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, agricultura sustentável, gestão de recursos naturais, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável, e infraestrutura e integração regional, que culminaram no documento final (PARANÁ, 2024).

O Brasil tem desempenhado um papel importante na governança global do clima, sendo considerado uma "grande potência climática." Entre 2005 e 2010, o país passou por uma redução drástica no desmatamento, o que resultou na queda das emissões de gases de efeito estufa. Essa posição reformista foi enfraquecida a partir de 2011, com a estagnação das políticas climáticas domésticas e a retomada de práticas conservadoras (Viola & Franchini, 2013).

A partir de 2005, o Brasil assumiu um papel ainda mais proeminente na governança climática global, com ações importantes que contribuíram para o debate internacional sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. Um marco significativo foi a adesão ao Protocolo de Kyoto, no qual o Brasil desempenhou um papel ativo na implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Através de projetos de MDL, o país conseguiu atrair investimentos internacionais para iniciativas que reduziam emissões de gases de efeito estufa. Outro destaque foi a implementação de políticas internas que alinharam o Brasil

aos compromissos globais de mitigação das mudanças climáticas, como a ampliação do PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), que obteve sucesso na redução do desmatamento até 2012 (BRASIL, 2020).

O Brasil consolidou seu papel nas negociações climáticas com sua liderança na COP 21 em 2015, onde contribuiu para o Acordo de Paris, comprometendo-se com metas ambiciosas de redução de emissões e aumento de fontes de energia renovável. E em setembro de 2023, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou na ONU a correção da meta climática brasileira, reafirmando o compromisso do país com a governança climática global. O Brasil se compromete a atualizar seu Plano Nacional de Adaptação Climática e focar na descarbonização de setores estratégicos (Ministério do Meio Ambiente, 2023). Além disso, o Brasil também participou ativamente em fóruns multilaterais, como o G20, promovendo discussões sobre sustentabilidade e energias renováveis, e mantendo um papel de destaque na promoção de políticas globais de desenvolvimento sustentável e combate às mudanças climáticas (Cebri, 2024).

### 3.2 CONTRIBUIÇÕES DO BRASIL

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem desempenhado um papel fundamental na governança climática global, demonstrando liderança em importantes conferências, como o Rio-92 e a COP 21 em 2015. O país foi pioneiro na implementação de políticas de preservação ambiental e de combate ao desmatamento, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Código Florestal.

O Brasil desempenha um papel central na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), sendo responsável por um dos maiores índices de biodiversidade global. O país promoveu iniciativas como o Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que fortalecem sua capacidade de conservar biodiversidade e utilizar recursos naturais de forma sustentável. Liderou negociações na COP 10, que resultaram no Protocolo de Nagoya, fortalecendo o acesso e a repartição de benefícios derivados da biodiversidade. O país também tem implementado políticas que alinham o combate ao desmatamento

e à proteção de florestas tropicais, que são cruciais para a regulação climática global. Essas florestas, em especial a Amazônia, atuam como reservatórios de carbono e ajudam a mitigar os efeitos do aquecimento global, desempenhando papel fundamental na redução das emissões de gases de efeito estufa. (ROMA; CORADIN, 2015). Segundo o IPEA o Brasil é o único país em desenvolvimento que tem excelente sistema de monitoramento do desflorestamento por satélite, desenvolvido pelo INPE e considerado referência mundial. O Fundo Amazônia é outra conquista importante que poderia servir de modelo a outros países no futuro, O Fundo Amazônia é um mecanismo criado em 2008 para captar recursos destinados à preservação da Amazônia, com foco em ações de prevenção e combate ao desmatamento, além da promoção do uso sustentável da floresta. O fundo é gerido pelo BNDES e recebe doações voluntárias de governos e organizações. Seu papel é crucial na governança ambiental, contribuindo diretamente para as metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e para a preservação de biomas brasileiros (IPAM, 2023). As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil para o Acordo de Paris foi destacada pela meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e 43% até 2030, comparado aos níveis de 2005. O país também se comprometeu com ações como o aumento da participação de energias renováveis e a restauração de áreas florestais degradadas. A meta do Brasil reflete um compromisso importante no combate às mudanças climáticas, com foco em fontes sustentáveis de energia e reflorestamento (Ministério do Meio Ambiente, 2021). Talanoa, 2023, em uma análise sobre a NDC brasileira de 2023, afirma que o Brasil reiterou seu compromisso com a neutralidade climática até 2050 e o fim do desmatamento até 2030. Porém, apesar das metas ambiciosas, o Brasil ainda enfrenta críticas sobre a falta de transparência e participação pública nos processos de atualização da NDC, além da necessidade de alinhar metas de curto prazo com os objetivos de longo prazo.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) tem sido uma peça-chave na governança ambiental do Brasil, ao promover a participação de diversos setores, incluindo governo, sociedade civil e setor privado, nas decisões ambientais. Em 2023, o governo brasileiro reformulou o CONAMA, ampliando o número de conselheiros e criando câmaras técnicas especializadas, como a de mudanças climáticas, reforçando o compromisso com a governança ambiental e

a inclusão social. Essas reformas indicam um esforço renovado na busca por maior transparência e participação social (MONTEIRO et al., 2023). O Brasil, na presidência do G20 em 2024, estabeleceu três grandes prioridades: combate à desigualdade e fome, promoção da transição energética e desenvolvimento sustentável, e a reforma das instituições de governança global. No âmbito climático, o país está buscando mobilizar financiamento climático, com foco em ampliar o acesso a recursos financeiros para países em desenvolvimento, especialmente os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (BRASIL, 2023).

O Brasil tem desempenhado um papel estratégico na governança climática global, com importantes iniciativas voltadas à preservação ambiental e à mitigação das mudanças climáticas. Políticas como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Amazônia mostram o compromisso do país com a redução de emissões e a proteção de seus biomas. Além disso, a participação ativa em conferências internacionais e o cumprimento de metas ambiciosas no Acordo de Paris reforçam sua relevância no cenário global, especialmente em questões de biodiversidade e sustentabilidade.

### 3.3 DESAFIOS QUE O BRASIL ENFRENTA NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

Apesar de várias ações do Estado Brasileiro reforçarem sua relevância nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Contudo, embora o Brasil tenha conquistado avanços, especialmente na redução das emissões entre 2005 e 2010, desafios recentes, como a estagnação das políticas ambientais e o aumento do desmatamento, enfraqueceram parte de seu protagonismo.

A participação do Brasil nas emissões globais é de 2,3 por cento, tornando o país o sétimo maior emissor do mundo. A principal fonte de emissões de GEE do Brasil é o desmatamento, respondendo por 69 por cento de suas emissões totais. Excluindo os dados de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas (LULUCF), em 2016 o setor energético do país foi responsável por 47 por cento das emissões do Brasil – seguida de perto pela agricultura (42 por cento) – enquanto as atividades industriais e de gestão foram responsáveis por apenas 4 e 3 por cento, respectivamente. Assim, para o Brasil, a mudança climática é uma questão de proteção ambiental e promoção de fontes e uso de energia limpa

(Pavese, 2018). Em 2020, o Brasil enfrentou desafios significativos na governança ambiental, especialmente em relação à redução do desmatamento e ao cumprimento dos compromissos climáticos. Houve uma redução no orçamento destinado à fiscalização ambiental e aos programas de mitigação climática, como a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC). O aumento das taxas de desmatamento e a desconstrução de políticas ambientais afetam diretamente as metas estabelecidas no Acordo de Paris (Adams et al., 2020). Segundo Gaetani (2023) o Brasil se viu dividido, polarizado e enfrentando o fechamento de espaços democráticos e de participação social, como os conselhos que foram desmantelados no início do governo Bolsonaro. Embora o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por exemplo, já estivesse enfraquecido, sua extinção era algo inimaginável, o que ocorreu em maio de 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro, sem que houvesse uma resposta significativa da sociedade brasileira. Além da redução dos assentos da sociedade civil de 21 para apenas 4, a exclusão do Ministério da Saúde foi considerada um dos aspectos mais críticos da decisão, já que a definição de parâmetros de qualidade do ar e da água está diretamente relacionada à saúde pública. Essas decisões evidenciam um retrocesso na representatividade. Esse cenário expõe a fragilidade da democracia participativa no Brasil, afetando diretamente a governança ambiental e a saúde pública.

De acordo com o IPEA, os órgãos ambientais raramente têm força suficiente para influenciar a maioria das decisões de natureza econômica que causam impactos significativos no meio ambiente. A área ambiental enfrenta, particularmente, dificuldades devido aos conflitos entre interesses públicos e privados. Muitas vezes, a "disputa" ocorre dentro do próprio governo, entre diferentes setores. Em fóruns como o Conama, que incluem instituições governamentais, o setor produtivo e a sociedade civil, os interesses frequentemente não apenas divergem, mas são profundamente antagônicos e inconciliáveis. Embora a questão ambiental tenha se popularizado, ganhando espaço nas agendas governamentais, ainda se verifica a prevalência de um discurso em que o meio ambiente parece ser uma externalidade e até mesmo um empecilho para o desenvolvimento econômico do país (PERES, 2016, p. 16). A continuidade e o fortalecimento das políticas climáticas são essenciais para que o Brasil não apenas mantenha sua posição de liderança nas discussões

globais sobre o meio ambiente, mas também contribua de forma efetiva para mitigar os impactos das mudanças climáticas. A cooperação entre órgãos ambientais e o governo é vital para esse processo, pois ambos têm papéis complementares: os órgãos ambientais oferecem expertise técnica e monitoramento, enquanto o governo assegura recursos, fórmula políticas e promove a implementação das ações. O Estado deve garantir que as políticas ambientais estejam alinhadas com os compromissos internacionais e que o setor privado e a sociedade civil estejam engajados na proteção ambiental. Isso cria um sistema de governança mais eficiente e inclusivo, em que os interesses ambientais são integrados ao desenvolvimento econômico de forma sustentável, garantindo que o Brasil continue contribuindo de maneira significativa no combate às mudanças climáticas. Moura (2016) afirma existir uma necessidade de "inovações nos arranjos institucionais para facilitar a ação coletiva", que é essencial para melhorar a governança ambiental. Sem essas inovações, o Brasil pode ter dificuldades para coordenar as ações entre os diversos setores envolvidos, incluindo governos, empresas e ONGs, comprometendo a resposta aos desafios climáticos. O relatório do IPCC de 2022 indica que a crise climática já causou consequências irreversíveis, como o aumento das temperaturas e a intensificação de eventos climáticos extremos, que afetarão o Brasil de maneira severa. O relatório também alerta para o aumento do nível do mar, a perda de biodiversidade e o impacto sobre ecossistemas cruciais, como a Amazônia. O Brasil, como uma nação com grande biodiversidade e recursos naturais, precisará intensificar seus esforços para conter os efeitos das mudanças climáticas e proteger suas áreas críticas, como a Amazônia e o Pantanal. Essas mudanças exigem uma ação imediata para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os danos futuros. Para retomar uma posição de liderança climática, o Brasil precisa priorizar a preservação ambiental e intensificar o uso de energia limpa, alinhando suas ações aos compromissos globais de mitigação climática.

#### **4 PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O BRASIL NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL**

O Brasil tem enfrentado desafios significativos em sua trajetória na governança

climática global, especialmente no que diz respeito à proteção de suas florestas e à mitigação de emissões de gases de efeito estufa. No entanto, as oportunidades que surgem com a presidência do G20 em 2024 e a futura realização da COP30 em 2025 no país posicionam o Brasil como um protagonista chave na definição de políticas globais para o combate às mudanças climáticas. Com iniciativas voltadas para a mobilização de recursos financeiros e a reforma das instituições internacionais, o Brasil tem o potencial de influenciar positivamente a agenda global, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável que equilibre crescimento econômico e preservação ambiental. O país busca avançar na reforma da arquitetura financeira internacional e mobilizar recursos para os países em desenvolvimento. A presidência brasileira pode fortalecer plataformas de ação, como o financiamento climático e a promoção de soluções baseadas na natureza, preparando o terreno para a COP30 em 2025 (Climate Policy Initiative, 2023). O foco inclui a inclusão social, adaptação e mitigação climática, promovendo uma transição econômica sustentável.

Em um movimento significativo, o Brasil anunciou na ONU a correção de suas metas climáticas, aumentando o compromisso de redução de emissões até 2030, reafirmando sua posição na liderança da governança climática global. Além da correção das metas de emissões, o Brasil reafirmou seu compromisso com o Acordo de Paris e destacou a necessidade de uma transição justa, que considere a inclusão social e o combate à pobreza, temas centrais para o desenvolvimento sustentável (Ministério do Meio Ambiente, 2023).

A governança ambiental no Brasil enfrenta desafios estruturais que envolvem a articulação entre diversos atores, como governos, sociedade civil e setor privado. A falta de coordenação eficaz entre esses setores tem comprometido a implementação de políticas sustentáveis e a preservação dos recursos naturais (Moura, 2016, p. 10).

No contexto do comércio internacional, a defesa dos interesses nacionais utiliza de forma estratégica acordos de cooperação bilateral e regional. Essa estratégia tem sido fundamental para que o país equilibre seus interesses econômicos com sua independência política, alinhando-se com os princípios da política externa brasileira. Contudo, as transformações globais, a crise ambiental e os avanços tecnológicos da era digital impõem novas dinâmicas, exigindo maior

convergência de interesses e uma integração e cooperação mais amplas para enfrentar esses desafios (Gaetani, 2023). O alinhamento com as políticas internas e os princípios da política externa reflete uma busca contínua por autonomia no cenário global, ao mesmo tempo em que se busca integrar de maneira eficaz os interesses econômicos. No entanto, as transformações globais, impulsionadas pela crise ambiental e pela era digital, desafiam essa estratégia tradicional, exigindo novas formas de cooperação que transcendem as fronteiras comerciais e políticas.

Neste sentido, Abramovay (2012) destaca que as mídias digitais e as redes sociais estão criando possibilidades de cooperação humana, transformando a maneira como a sociedade civil se organiza e gera valor. A cooperação não é mais restrita a estruturas hierárquicas tradicionais ou à lógica puramente mercantil, mas se expande para iniciativas baseadas em princípios de economia solidária e sustentabilidade. Isso reflete uma nova ética econômica, onde o valor é gerado não apenas em termos monetários, mas também em prol de benefícios comunitários e ambientais. Assim, a convergência entre as transformações tecnológicas e os desafios ambientais impõe uma nova dinâmica para a governança global e para o comércio internacional. A crescente integração e interdependência entre os países exigem uma cooperação mais ampla e profunda, na qual tecnologias digitais e princípios éticos sustentáveis desempenham um papel central na redefinição de como os interesses econômicos são conciliados com as necessidades globais.

Outro fator fundamental a ser citado é que a cada ano, aumenta a participação e a importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos debates nacionais e internacionais sobre o clima e suas alterações, sendo um marco a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Durante a COP-17, em Durban, lideranças indígenas participaram de eventos paralelos e reuniões com líderes globais, apresentando as realidades de suas comunidades e a importância da preservação de seus territórios para o equilíbrio climático global. (Apurinã, 2011). A participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais nas discussões nacionais e internacionais sobre o clima tem se tornado cada vez mais frequente e importante a cada ano. Isso ocorre devido aos seus modos de vida tradicionais e à forma como gerenciam seus territórios, contribuindo para a preservação das florestas intactas. Na COP 28, realizada em Dubai, os povos indígenas

assumiram um protagonismo inédito, com foco em promover suas agendas de preservação ambiental e sustentabilidade. A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, destacou a importância de integrar as demandas indígenas nas políticas climáticas globais, ressaltando que os territórios indígenas desempenham um papel essencial na proteção ambiental e na mitigação das mudanças climáticas (Agência Brasil, 2023).

Esse protagonismo decorre dos seus modos de vida tradicionais e da maneira como gerenciam seus territórios, contribuindo para a preservação das florestas intactas. Krenak (2015) assegura que os povos indígenas têm uma relação profunda e ancestral com seus territórios, os quais não apenas habitam, mas também preservam, mantendo práticas sustentáveis de uso da terra. Essa ligação é essencial para a conservação da biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Diante dos desafios globais relacionados às mudanças climáticas e à crise ambiental, o Brasil se encontra em uma posição privilegiada, devido à sua vasta biodiversidade e à sua importância como um dos maiores produtores de alimentos do mundo. O país tem a oportunidade de alinhar sua produção agrícola com práticas ambientais sustentáveis, tornando-se um líder no setor agroambiental. De acordo com Gaetani (2023), uma vez que o Brasil é um expressivo detentor de riquezas naturais e biodiversidade e um grande produtor de alimentos, parece evidente que um caminho mais inteligente para o país seja se consolidar globalmente como um protagonista agroambiental. Essa perspectiva estratégica permite que a produção de alimentos no Brasil tenha a natureza como aliada e reduza a sua vulnerabilidade a um risco climático, além de promover práticas resistentes às incertezas associadas à crise com a natureza. Esse redirecionamento deve possibilitar a adaptação às novas exigências de diversos mercados internacionais, além de resguardar a agricultura tropical brasileira das flutuações geopolíticas que afetam o comércio global. Existe uma receptividade crescente na sociedade brasileira para essa mudança. As novas gerações, totalmente conectadas ao mundo digital, estão mais informadas que as anteriores e são mais conscientes em relação a produtos provenientes de sistemas que buscam um equilíbrio maior entre produção, conservação e que seguem critérios sociais.

Na reunião ministerial do G20, o Brasil, representado pela ministra Marina Silva,

propôs um enfoque nas soluções baseadas na natureza e na inclusão social para enfrentar a crise climática. O país defendeu uma transição justa que considere a preservação da biodiversidade e a participação ativa dos povos indígenas. Além disso, o Brasil destacou a importância do financiamento climático e do reforço da cooperação internacional para garantir o cumprimento das metas globais de redução de emissões.

Em suma, o Brasil encontra-se em um momento crucial para fortalecer seu papel na governança climática global. As oportunidades oferecidas pela presidência do G20 e a realização da COP30 representam uma chance única para o país reafirmar seu compromisso com a sustentabilidade e a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que promove uma economia mais inclusiva e resiliente. A crescente conscientização social e o protagonismo dos povos indígenas nas discussões climáticas refletem um movimento de transformação que pode alinhar desenvolvimento econômico com conservação da biodiversidade. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é fundamental que o Brasil supere seus desafios estruturais e fortaleça a coordenação entre governo, setor privado e sociedade civil. O futuro da liderança climática do Brasil depende de sua capacidade de integrar essas forças em uma estratégia coesa que atenda às demandas globais, preservando seu patrimônio natural e promovendo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

## **CONCLUSÃO**

O Brasil encontra-se em um papel estratégico dentro da governança climática global. Como uma das maiores potências ambientais, com vastos recursos naturais e biodiversidade, o país desempenha um papel crucial na preservação de ecossistemas essenciais e na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Seu potencial para se tornar um líder global na busca por soluções sustentáveis é inegável, especialmente considerando sua posição como uma das maiores economias emergentes e detentor da maior floresta tropical do mundo.

Entretanto, para alcançar esse papel, o Brasil enfrenta desafios internos significativos, como a necessidade de reverter a estagnação de suas políticas ambientais, reduzir o desmatamento e implementar efetivamente os compromissos assumidos em acordos internacionais, como o Acordo de Paris.

As pressões políticas internas, o aumento do desmatamento e os conflitos entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental são barreiras substanciais para o Brasil alcançar seu potencial de liderança climática. Além disso, a falta de coordenação entre os diversos setores governamentais e a sociedade civil enfraquece a implementação de políticas climáticas robustas. Esses desafios destacam a necessidade de uma resposta mais eficaz e coordenada.

Para fortalecer sua posição na governança climática global, o Brasil precisa adotar ações concretas que enfrentem esses obstáculos e aproveitem as oportunidades disponíveis. Entre as soluções propostas estão o fortalecimento das instituições ambientais, como o IBAMA e o CONAMA, com a garantia de recursos e autonomia para fiscalizar e implementar políticas climáticas; a intensificação das políticas de desmatamento zero, especialmente na Amazônia; o investimento em energia limpa e sustentável; a mobilização de financiamento climático internacional, e a inclusão ativa dos povos indígenas nas discussões e nas políticas climáticas.

A presidência do G20 em 2024 e a realização da COP30 em 2025 no Brasil oferecem uma janela de oportunidade para o país reafirmar seu compromisso com a sustentabilidade global. Se o Brasil conseguir alinhar suas políticas internas com suas ambições internacionais, tem todas as condições de se consolidar como um dos principais protagonistas na luta contra as mudanças climáticas. O futuro da liderança climática do Brasil depende da capacidade do país de superar seus desafios estruturais, fortalecer a governança ambiental e

promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, que equilibre conservação e crescimento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Muito Além da Economia Verde. São Paulo: Editora Planeta, 2012.

ADAMS, C.; BORGES, Z.; MORETTO, E. M.; FUTEMMA, C. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 25, n. 81, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81403>. Acesso em: 29 set. 2024.

APURINÃ, Francisco; GUAJAJARA, Sônia; JINTIACH, Juan Carlos; REIS, Clovis Rufino. Povos Indígenas e Participação nas Negociações do Clima. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2011.

BINIAZ, S. Comma but differentiated responsibilities: Punctuation and 30 other ways negotiators have resolved issues in the international climate change regime. *Michigan Journal of Environmental & Administrative Law*, v. 6, n. 1, p. 37–63, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020589316000130>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Declaração Ministerial Conjunta do BASIC sobre Mudança do Clima. Ministério do Meio Ambiente, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/declaracao-ministerial-conjunta-do-basic-sobre-mudanca-do-clima>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Em dia histórico, povos indígenas assumem protagonismo na COP-28 em Dubai. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/em-dia-historico-povos-indigenas-assuem-protagonismo-na-cop-28-em-dubai>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 5ª fase do PPCDAm: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Brasília: Ministério

do Meio Ambiente, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controlado-desmatamento-1/amazonia-ppcdam-1/5a-fase-ppcdam.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Na ONU, Lula propõe balanço ético das ações internacionais de combate à mudança do clima. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/na-onu-lula-propoe-balanco-etico-das-acoes-internacionais-de-combate-a-mudanca-do-clima>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Protocolo de Kyoto. Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>. Acesso em: 30 set. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Preservação ambiental, um discurso de todos da Eco 92 à Rio+20. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes>. Acesso em: 27 set. 2024.

CEBRI. A brief history of the G20 and social participation in the Brazilian agenda for 2024. Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 2024. Disponível em: <https://cebri.org/revista/en/artigo/140/a-brief-history-of-the-g20-and-social-participation-in-the-brazilian-agenda-for-2024>.

GAETANI, Francisco. Inquietações do Brasil contemporâneo: Climáticas, Digital e a transição tecnológica. São Paulo: FGV Editora, 2023. p. 28.

GUPTA, J. The History of Global Climate Governance. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change: The IPCC 1990 and 1992 Assessments. Overview and Policymaker Summaries. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP); Geneva:

World Meteorological Organization (WMO), 1992. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/reports/>. Acesso em: 29 set. 2024.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. O que é o Fundo Amazônia? 2023. Disponível em: <https://ipam.org.br/entenda/o-que-e-o-fundo-amazonia>. Acesso em: 27 set. 2024.

KRENAK, Ailton. Paisagens, territórios e pressão colonial. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, jul./dez. 2015.

LUOMI, M. Global Climate Change Governance: The search for effectiveness and universality. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development (IISD), 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep29269>. Acesso em: 27 set. 2024.

MABEY, N. Climate Change and Global Governance. Londres: E3G, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep17807>. Acesso em: 30 set. 2024.

Ministério do Meio Ambiente. Acordo de Paris. 2021. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

Ministério do Meio Ambiente. Marina anuncia na ONU correção da meta climática brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/marina-anuncia-na-onu-correcao-da-meta-climatica-brasileira>. Acesso em: 1 out. 2024.

MONTEIRO, Rhadson Rezende et al. Transformações na governança ambiental brasileira: análise da evolução da participação social e do desenho institucional do Conselho Nacional de Meio Ambiente (2011-2023). Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 16, n. 46, 2023.

MOURA, A. M. M. (Org.). Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e

políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

NUPPREC. Reflexões sobre Governança Climática Global. Disponível em: <https://www.iee.usp.br/wp-content/uploads/imagens/nap-nupprec-Reflexoes.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

PAVESE, Carolina. The European Union and Brazil in the Quest for Global Climate Governance: Potentials and Perils of a Partnership. Roma: Istituto Affari Internazionali, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep19655>. Acesso em: 25 set. 2024.

PERES, Isabela Kojin. Conflitos nas políticas ambientais: uma análise do processo de alteração do Código Florestal Brasileiro. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de concentração: Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016. Disponível em: <https://www.example.com>. Acesso em: 6 out. 2024.

ROMA, Júlio César; CORADIN, Lidio. Governança da Convenção sobre Diversidade Biológica e sua Implementação no Brasil. In: Governança Ambiental no Brasil: Instituições, Atores e Políticas Públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

Strengthening Climate Finance Delivery: The Path from Brazil’s G20 Presidency to COP30. Climate Policy Initiative, 2023. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org>. Acesso em: 20 set. 2024.

TALANOA, Instituto. NDC brasileira com metas corrigidas para 2025 e 2030. Nota Técnica 4. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.institutotalanoa.org/publicacoes>. Acesso em: 30 set. 2024.

UNFCCC. Copenhagen Accord. United Nations Framework Convention on Climate Change, 2009. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/6103>. Acesso em: 27 set. 2024.

UNFCCC. The Changing Atmosphere: Implications for Global Security. United Nations Framework Convention on Climate Change, 1988. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/6103>. Acesso em: 27 set. 2024.

UNICEF. O que é governança climática? Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/31661/file/O-que-e-governanca-climatica.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Brasil na governança global do clima, 2005-2012: a luta entre conservadores e reformistas. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, p. 43-76, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100002>. Acesso em: 20 set. 2024.

WALKER, W. S. et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington, v. 117, n. 6, p. 3015-3025, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1913321117>. Acesso em: 7 out. 2024.

ZILLMAN, J. W. A History of Climate Activities. *WMO Bulletin*, v. 58, n. 3, 2009.